

Marcelo Camargo/Agência Brasil

CORREIO POLÍTICO

Joedson Alves/Agência Brasil



Foi golpe? Não foi golpe? Debate ainda marcará eleições

“Golpe”: a palavra ainda é o centro do debate político

Os acontecimentos na quinta-feira (8), três anos depois da invasão e depredação das sedes dos três poderes da República, mostraram que a palavra “golpe” ainda é a que define o debate político brasileiro. É em torno da ideia sobre se os atos de 8 de janeiro de 2023 foram o epicentro ou não de uma tentativa de remoção da democracia a partir da contestação das eleições ainda se move e irá determinar as escolhas que serão feitas em outubro. Isso ficou claro diante do fato de que o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao PL da Dosimetria foi o principal ato dos eventos em memória do 8 de janeiro. E mais claro ainda diante da expectativa de que o Congresso derrubará o veto.

“Ódio” virou palavra adjacente

“Ódio”, então, vira palavra adjacente nesse debate. O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), disse que o veto assinala o “ódio” que o governo Lula tem dos conservadores. Mas não teria sido exatamente um “ódio”, o inconformismo quanto aos acontecimentos que levaram à eleição de Lula o que motivou as invasões e depredações dos prédios da Praça dos Três Poderes? Alguém tem o monopólio do ódio?

Lula Marques/Agência Brasil



Flávio: possível candidatura reforça polarização

Discussão longe das políticas públicas

Para o cientista político Isaac Jordão, esse ambiente demonstra que o debate eleitoral de outubro vai passar muito longe da discussão de políticas públicas. No fundo, considera Jordão, até porque a oposição a Lula não teria muito o que dizer em torno delas. Ou porque não tem alternativas de políticas públicas muito bem definidas ou porque não teria, avalia o cientista político, números muito claros para contestar as ações do governo em um debate mais aprofundado que fosse além das meras palavras de ordem usadas nas redes sociais.

Polarização de sempre

“A oposição usa nas redes sociais palavras de ordem dizendo que o país quebrou e que a máquina pública gasta muito”, observa Jordão. “Mas quando se aprofunda, os números mostram queda na inflação, no desemprego e melhora de outros indicadores. Tal debate não se sustenta muito”, considera. Resta, assim, a velha polarização que divide lulistas e bolsonaristas desde 2018.

POR
RUDOLFO LAGO

Emocional

Um debate, observa Isaac Jordão, que tira a disputa política do campo mais racional e o joga numa discussão emocional, numa guerra de torcidas na qual os argumentos de um grupo nunca conseguem minimamente interferir no pensamento do outro. “É um clima que não estabelece uma discussão de ideias”.

Bolsonaro

O curso dos acontecimentos a partir deste início de ano começa a dar indicações de que a disputa poderá afunilar entre Lula, que disputa a reeleição, e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que foi ungido pelo pai para manter o espólio político da família na disputa. Outros nomes conservadores podem sair.

Governadores

Para Jordão, os governadores poderiam, talvez, promover um debate em torno de políticas públicas. Mas ele observa que aqueles que talvez tivessem mais o que mostrar nesse sentido, não estão conseguindo transformar isso em visibilidade eleitoral: Ronaldo Caiado (União), de Goiás, e Zema (Novo), de Minas.

Caiado e Zema

“Dentro do que se propõe, na sua política voltada a segurança, Caiado teria números”, considera. “E Zema pegou um estado com tantos problemas que tudo o que faz acaba produzindo melhora”. Mas nenhum dos dois parece demonstrar densidade para ir muito além dos seus próprios estados, o que deve desestimulá-los nessa corrida.

Tarcísio

“Tarcísio, embora favoritíssimo para uma reeleição como governador, não fez um governo excepcional”, avalia Isaac Jordão. Para ele, isso acabaria transparecendo quando ele fosse confrontado em um debate mais aprofundado na disputa presidencial, com Lula ou mesmo com os demais candidatos no pleito.

Ratinho Jr.

“Ratinho Jr. governa um estado que já era organizado”, completa o cientista político. “Teria números para mostrar, mas que não apresentariam saltos significativos no desenvolvimento do Paraná”, conclui Isaac Jordão. “Assim, resta à oposição o discurso da polarização, o discurso em torno do golpe”.



Lewandowski apresentou sua carta de demissão a Lula

Lewandowski antecipa saída da Justiça

Ministro entregou cargo na manhã de quinta-feira

Por Beatriz Mattos

A saída do ministro da Justiça estava prevista para esta sexta-feira (9), mas Ricardo Lewandowski decidiu antecipar a entrega do cargo e apresentou a carta de demissão ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda na manhã desta quinta-feira (8), antes mesmo do início da cerimônia que marcou os três anos dos atos golpistas de 8 de Janeiro.

Apesar de ter informado a aliados que permaneceria no comando do Ministério da Justiça até o fim da semana, o ministro não esperou a sexta-feira chegar nem o encerramento da solenidade para oficializar a saída. Em seu lugar, assume interinamente o secretário-executivo da pasta, Manoel Carlos de Almeida Neto.

Na carta enviada ao presidente, Lewandowski afirmou ter exercido o cargo “com zelo e dignidade”, destacando os limites “políticos, conjunturais e orçamentários” enfrentados durante a gestão. O ministro também agradeceu a Lula pela oportunidade de integrar o governo após sua aposentadoria do Supremo Tribunal Federal (STF).

Saída antecipada

Lewandowski assumiu o Ministério da Justiça em fevereiro de 2024 e, desde o início de dezembro, já havia comunicado a Lula e aliados que pretendia antecipar sua saída. Ao longo desta semana,

passou a retirar seus pertences do gabinete no Palácio da Justiça.

Nos bastidores, a decisão foi atribuída a insatisfações acumuladas dentro do governo, sobretudo após Lula sinalizar a intenção de dividir a pasta em dois ministérios — Justiça e Segurança Pública — modelo semelhante ao adotado durante o governo de Michel Temer.

A saída ocorre em um momento de forte protagonismo do tema da segurança pública, marcado pelo avanço do crime organizado, disputas entre facções e pressão por respostas mais efetivas do Estado. A pressão sobre Lewandowski aumentou depois das operações policiais nos Complexos da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, em outubro, que levou a mais de 120 mortes.

PEC travada

Lewandowski deixa o cargo sem conseguir avançar com a principal aposta do governo na área: a PEC da Segurança Pública (PEC nº 18/2025). A proposta busca reforçar o papel da União no combate ao crime organizado, redesenhando a arquitetura federativa da segurança pública, sem retirar atribuições de estados e municípios.

O texto, porém, não avançou no Congresso. Mesmo assim, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos/PB), avisou que pretende pautar a PEC logo após o recesso parlamentar.